
ANDRÉ ALBANI LARA

A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL:

o imperativo da fixação de *standards* metodológicos no processo penal para a valoração
epistêmico-judiciária

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Aprovado em: 08 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Machado Maya (Orientador)

Prof. Me. Thais Teixeira Rodrigues (Avaliadora)

Prof. Me. Bárbara Erig (Avaliadora)

RESUMO

LARA, André Albani. **A cadeia de custódia da prova digital: o imperativo da fixação de *standards* metodológicos no processo penal para a valoração epistêmico-judiciária.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2021.

A cadeia de custódia da prova digital no processo penal exige a fixação de *standards* metodológicos para garantir sua correta valoração epistêmico-judiciária. Este estudo analisa a necessidade de critérios objetivos na preservação de evidências digitais, considerando os desafios técnicos e jurídicos inerentes ao processo. Adota-se uma abordagem dedutiva, com base em análise bibliográfica, para demonstrar como a ausência de parâmetros padronizados compromete a integridade e a confiabilidade das provas no sistema de justiça criminal. Os resultados evidenciam que a imposição de mecanismos de controle, por meio de um sistema único de documentação e registro, da tecnologia *Blockchain*, bem como do uso de ferramentas como o *Cellebrite*, o *Verifact*, e de criptografia *hashing*, asseguram maior segurança jurídica. Conclui-se nesta pesquisa que a adoção de um rigor metodológico na cadeia de custódia das provas digitais é imperativa, demandando a imposição democrática de normas que garantam sua autenticidade e integridade. A obrigatoriedade de laudos técnicos fortalece a apreciação judicial, conferindo previsibilidade e confiabilidade ao processo penal. Dessa forma, a padronização normativa pelo legislador em âmbito privativo da união se torna essencial para a efetividade na preservação das provas digitais e a garantia de direitos fundamentais no âmbito do processo penal.

Palavras-chave: Cadeia de custódia da prova digital; *Standards* metodológicos; Valoração epistêmico-judiciária; Preservação de evidências digitais; Integridade da prova; Segurança jurídica; Sistema de documentação e registro; Criptografia; *Hashing*; Laudos técnicos; Processo penal.